**Ideb 2021: primeira avaliação nacional realizada após o ápice da pandemia deve ser analisada com cautela**

*Leitura dos resultados exige cuidados para compreensão dos desafios para a política educacional nos próximos anos*

Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) serão divulgados nos próximos dias. Calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o indicador nacional avalia, entre outros fatores, a qualidade da oferta educacional no Ensino Médio de escolas públicas. Para obter o resultado, são consideradas a taxa de rendimento escolar (aprovação) e a média do desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avalia conhecimento em Língua Portuguesa e Matemática.

Em 2019, os resultados indicaram um avanço considerável no IDEB do Ensino Médio público, que avançou 0,4 ponto na média nacional, de 3,5 a 3,9 - o maior crescimento desde a primeira edição do índice. A expectativa para este ano, porém, é de que os dados evidenciem nos resultados a influência do período mais agudo da pandemia, com suspensão das aulas presenciais e diversificação da oferta de conteúdo por meio do ensino remoto.

Com isso, de um lado, há mudanças nos parâmetros de acompanhamento (como o registro de aulas ofertadas, frequência dos alunos e meios avaliativos), fundamentais para o cálculo da taxa de rendimento do índice; de outro, grandes implicações na saúde física e emocional dos estudantes, além de queda no engajamento, gerando efeitos significativos em sua aprendizagem.

Diante deste contexto, o superintendente-executivo do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques, alerta que as análises dos resultados precisam ser realizadas com cautela e cuidado. Além disso, o especialista destaca que a gestão escolar, baseada em evidências, deve ser priorizada. “Por meio do programa Jovem de Futuro, que tem como foco a melhoria da Educação Pública no Ensino Médio, temos desenvolvido estratégias orientadas e mobilizado os gestores no desenvolvimento de ações que promovam a recomposição da aprendizagem dos estudantes, sua permanência na escola e a redução das desigualdades”, diz.

Atualmente, cinco estados - Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais e Piauí - são parceiros do Instituto Unibanco nesta iniciativa, que, por meio do fortalecimento dos profissionais responsáveis pela gestão escolar, objetiva melhorar a aprendizagem dos estudantes, reorganizar e aprimorar o currículo, além de reduzir a evasão escolar e as diferenças educacionais. A iniciativa, em parceria com as secretarias estaduais de Educação, foi atuante durante a pandemia e permanece ativa na promoção de ações de busca ativa, formações variadas, assessorias técnica e pedagógica, entre outros.

**Para falar sobre o assunto, sugerimos entrevista com:**

**Ricardo Henriques**

Economista e superintendente-executivo do Instituto Unibanco. Foi Secretário Nacional de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação e Secretário Executivo do Ministério de Desenvolvimento Social, quando coordenou o desenho e a implantação inicial do programa Bolsa Família. No Rio de Janeiro, foi Secretário Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e Presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), quando desenvolveu e implantou o Programa UPP Social. Foi pesquisador e diretor adjunto da área social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), assessor especial do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Presidiu o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, a Conferência de Educação na 34ª Conferência Geral da UNESCO (2008) e a Rede de Vice-Ministros de Redução da Pobreza e Desenvolvimento Social do BID. Foi membro do Conselho de Administração do Internacional Institute for Education Planning (IIEP-UNESCO) e, atualmente, é membro dos Conselhos: Anistia Internacional (Brasil), Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT), Fundação Itaú Educação e Cultura (FIEC), Instituto Natura, Instituto República e Pacto pela Equidade Racial.

**João Marcelo Borges**

Mestre em economia e política internacional pela London School of Economics e pesquisador do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas. É responsável pela Gerência de Pesquisa e Inovação (GPI) do Instituto Unibanco, que abarca as áreas de Pesquisa e Avaliação, Articulação & Disseminação de Conhecimento e Inovação em Políticas Educacionais, o Centro de Pesquisa Transdisciplinar em Educação, o Observatório de Educação e o relacionamento com universidades e centros de pesquisas internacionais, bem como a articulação com parceiros. Borges também traz em sua bagagem know-how para responder sobre Ensino Médio, legislação e financiamento educacional, governança (incluindo Sistema Nacional de Educação) e políticas intersetoriais para crianças, adolescentes e jovens, entre outras áreas da educação.

**Sobre o Instituto Unibanco**

O Instituto Unibanco é uma instituição sem fins lucrativos que atua pela melhoria da qualidade da educação pública no Ensino Médio, por meio da gestão. Seu objetivo é contribuir para a permanência dos estudantes na escola, a melhoria da aprendizagem e a redução das desigualdades educacionais. Sua atuação é baseada em evidências valorizando a diversidade e acelerando transformações por meio da gestão. Fundado em 1982, integra o grupo de instituições responsáveis pelo investimento social privado do grupo Itaú-Unibanco. [www.institutounibanco.org.br](http://www.institutounibanco.org.br).

**Informações para a imprensa**

CDN Comunicação

institutounibanco@cdn.com.br

(11) 94459-1603

Larissa Ocampos

Tadeu Inácio

Sui Teixeira

Caio Biasi

Mariana Soares